

O Euro na Europa e no Mundo

TEODORA CARDOSO

Banco Português de Investimento, Lisboa

1. A Europa precisa da moeda única: A invectiva do Secretário do Tesouro Connolly aos seus parceiros europeus e japoneses, no contexto do acordo do Plaza (1985) – *The dollar is our currency and your problem* – sintetiza a situação que posteriormente se agravou com o aprofundamento do mercado único e a liberalização dos movimentos de capitais.

2. A introdução da moeda única foi o último passo do “método Jean Monnet”, na verdade já a passar a fronteira para um outro método de construção europeia, a exigir um acordo/compromisso prévio, nomeadamente quanto à redistribuição de soberania.

A percepção disto foi clara desde o início, mas o falhanço do Tratado de Amsterdão e, ainda mais clamoroso, do Tratado de Nice, acentuou o risco que, desde logo, se desenhara e que consistiu no esvaziamento das soberanias nacionais, sem contrapartida no reforço da europeia.

No campo económico, a moeda única e a globalização, no campo político, a queda da União Soviética, precipitaram os problemas que as instituições europeias não estavam em condições de resolver.

3. O enfraquecimento da economia alemã na sequência da reunificação e a lenta implosão do sistema de governação económica que tão bons resultados dera até aí na RFA agravaram o problema antes enunciado, ao retirarem ainda outro dos elementos da frágil estrutura europeia: a disciplina teutónica em matéria monetária e financeira. A nível da política monetária, a construção de Maastricht respondeu razoavelmente bem ao desafio. O mesmo não aconteceu, porém, com o esquema precário do Pacto de Estabilidade e Crescimento nem com toda a problemática resultante da abertura dos mercados e da concorrência.

Quer a nível europeu (onde a reordenação dos mercados financeiros é um bom exemplo), quer a nível dos Estados membros (onde os exemplos abundam, desde as finanças públicas às leis laborais), as questões não resolvidas acumularam-se, os problemas da competitividade e do emprego agravaram-se (apenas temporariamente ocultados pelo *boom* americano e pela queda do euro), e a economia europeia foi ficando cada vez mais refém da evolução dos EUA, quando o objectivo fundamental da moeda única tinha sido precisamente o de reduzir, ou mesmo eliminar, essa dependência.

4. A solução é fácil de enunciar e consiste no reforço da eficácia da governação europeia, quer a nível político, quer económico, não sendo agora já possível ignorar, como sucedeu após Maastricht, a precedência do plano político.

A actual crise de confiança europeia – e sobretudo a capacidade americana para a aprofundar – constitui um obstáculo a ultrapassar, mas pode também tornar-se num factor de clarificação. Por um lado, põe a Convenção perante problemas muito concretos a exigirem respostas que já não podem ser evadidas; por outro, obriga à clarificação da posição do Reino Unido, um dos elementos mais desestabilizadores desde a introdução da moeda única.

A moeda única surgiu como uma ameaça, tanto para o domínio do dólar, como especialmente para o Reino Unido. A política do governo Blair complicou muito mais o jogo europeu do que as tiradas anti-europeias de Thatcher. Na verdade, não só o eixo germano-francês enfraqueceu muito, como o Reino Unido (ou o “eixo” anglo-hispano-nórdico (?)) se fortaleceu: dentro ou fora da moeda única, foram essas as economias que mais progrediram, em particular conseguindo vencer os desafios que derrotaram a Alemanha e a França (em particular, os do crescimento, do emprego e da estabilidade financeira).

Tanto política, como economicamente, era inevitável que o Reino Unido se aproximasse das posições americanas – sobretudo no período Clinton – e que, na Europa, fundamentalmente se

opusesse à perda de soberania em favor de instituições europeias onde a sua influência era mínima.

Vista por uma economista, a saída para o actual dilema europeu não reside apenas no reactivar do eixo franco-germânico, mas no seu alargamento ao Reino Unido, o que obviamente exige a sua profunda transformação. Essa transformação é, porém, indispensável, mesmo – ou principalmente – por razões internas, tanto na Alemanha como na França.

A curto prazo, o grande obstáculo a esta solução é a absoluta fraqueza política do governo alemão, embora, apesar de tudo, a Alemanha pareça mais próxima de ser capaz de definir e pôr em prática um novo modelo de política e governação económica. A França tem, pelo contrário, um governo forte, mas com fraca capacidade estratégica, numa sociedade especialmente avessa à mudança, que inevitavelmente implica a perda de privilégios para alguns. O exemplo da PAC é edificante a este propósito.

A crise europeia terá provavelmente de aprofundar-se ainda mais antes que os países europeus reunam a iniciativa necessária para a resolver. Uma rápida vitória militar americana pode, contraditoriamente, ser uma ajuda nesse sentido, atendendo nomeadamente a que Bush não se eximirá a humilhar ainda mais a Europa. Talvez as elites e os governos europeus consigam então reunir as ideias e as energias para sair do colete de forças que, em grande parte, criaram.

Será altura para aplicar mais um princípio de Jean Monnet: *Il n'y a pas d'idées prématurées, il y a des moments opportuns qu'il faut savoir attendre*. A manifestação dos profundos desequilíbrios acumulados pela economia americana, que uma guerra auto-financiada no Médio Oriente e uma política macroeconómica insensata só poderão agudizar, pode fornecer essa oportunidade.

Resta esperar que os oportunistas encartados na Europa não achem que, reduzindo-se os fundos, alterando-se a PAC, perdendo-se as aparentes protecções que ainda restam, mais vale abdicar do projecto europeu e ir abrigar-se à sombra do vencedor do momento. E que os idealistas, que também não faltam, não consigam convencer os europeus a transformar o alargamento à Rússia (que pode, quando muito, vir a ser um projecto a longo prazo) num mecanismo de diversão relativamente às necessidades de mudança muito concretas no coração da UE.